



## Departamento de Saúde Pública de Connecticut Declaração da certificação de dispensa médica

De acordo com as leis estaduais (Leis Gerais de Connecticut, artigos 19a-7f e 10-204a), nenhuma criança poderá ser admitida em um programa licenciado de creche ou escola sem comprovante de vacinação ou uma declaração de dispensa. Os pais ou responsáveis que peçam dispensa médica pelo fato de uma vacina específica ter contraindicação médica devem preencher a declaração abaixo e anexar uma carta assinada por um médico que tenha permissão para exercer medicina dizendo que, na opinião do médico, tal vacinação é contraindicada do ponto de vista médico. Em seguida, devem enviar a declaração para a escola ou creche. A carta deve conter o nome da criança, a data de nascimento, a vacina (ou vacinas) cuja dispensa está sendo solicitada e a condição de saúde que contraindica a vacina, além da assinatura do médico e suas informações de contato.

A quem possa interessar,

Como pai/mãe ou responsável de \_\_\_\_\_,  
(Nome do aluno)

Eu/Nós apresentamos a documentação anexa de um médico que estabelece a contraindicação médica da vacinação desta criança. Portanto, esta criança está dispensada de receber a vacinação obrigatória conforme especificado pelo médico e tem permissão de frequentar um programa de creche ou escola, a menos que haja um surto de doença que possa ser prevenida por vacina.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Assinatura do pai/mãe ou responsável/responsáveis      Data

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Assinatura do pai/mãe ou responsável/responsáveis      Data

\_\_\_\_\_  
Endereço

\_\_\_\_\_  
Telefone

As crianças com dispensa médica têm permissão para participar de um programa licenciado de creche ou escola, exceto no caso do surto de uma doença que possa ser prevenida por vacina. No caso de surto de uma doença que possa ser prevenida por vacina, todas as crianças suscetíveis de contrair tal doença serão excluídas da creche ou escola se as autoridades de saúde pública determinarem que, naquela creche ou escola, há possibilidade significativa de exposição, transmissão e contágio da doença na comunidade. As crianças sem comprovante de imunidade, inclusive crianças com dispensas médicas e religiosas, serão excluídas desses locais por este motivo e só poderão retornar quando: (1) o perigo do surto tiver passado, de acordo com autoridades de saúde pública, (2) a criança tiver contraído a doença e tiver se recuperado completamente, ou (3) a criança for vacinada.